



Associação
acompanhará
orçamento do
TJ na ALMG

PÁGINA 7

Na despedida,
ministro diz
que é hora de
temperança

PÁGINA 9

Apacs são
alternativa
para jovens
infratores

PÁGINAS 12 E 13



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
[31] 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

Magistratura é excluída da reforma administrativa

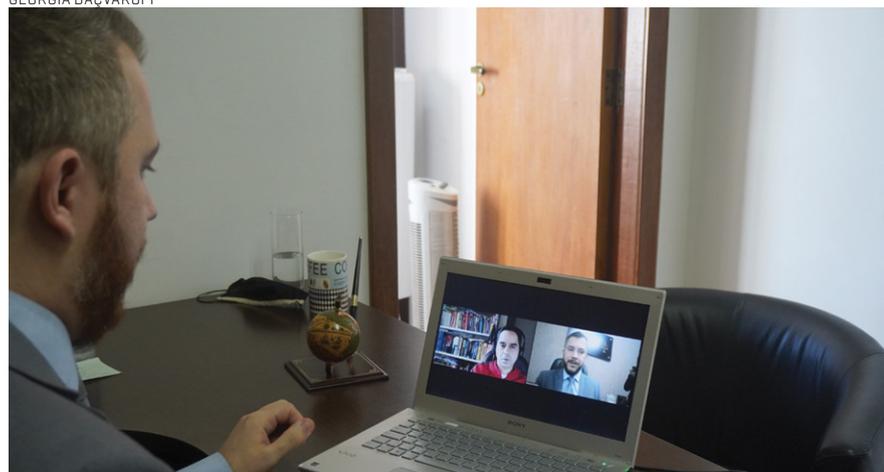
A Amagis, AMB e Associações estaduais obtiveram importante vitória parcial no dia 1º de setembro, com a exclusão da Magistratura da PEC da Reforma Administrativa. O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, afirmou que as Associações

manterão a atuação para impedir retrocessos na votação em plenário. Essa foi uma das estratégias definidas nas reuniões das Associações, dos dias 2 a 4 de agosto, que incluiu a defesa dos direitos dos aposentados.

PÁGINAS 4 E 5

Consultoria da Amagis atende a 400 magistrados sobre previdência

GEORGIA BACVAROFF



Atendimento contribui para o planejamento da aposentadoria

Mais de 400 magistrados mineiros já foram atendidos pela consultoria sobre a nova Previdência estadual, oferecida gratuitamente aos associados. Após a aprovação de benefício especial, defendido pela Amagis, o foco da orientação, feita por videoconferência, é a migração ao regime complementar.

PÁGINA 3

ASSOCIAÇÕES EXCLUEM A CLASSE DA REFORMA ADMINISTRATIVA FEDERAL

POR ALBERTO DINIZ*

“Como sabemos, uma PEC não pode alterar o que é cláusula pétrea, como é o regime de separação de poderes”

Além de eficiente, intensa, a atuação das Associações estaduais de magistrados, integradas à AMB, requer vigilância e plantão permanentes. Seja aqui ou em Brasília, onde houver interesses da Magistratura ou projetos que os colocam em risco, estaremos sempre ativos e fazendo a defesa da Classe. Nada é discutido sobre a Magistratura e o Judiciário, no País e no Estado, sem a presença de nossa entidade maior, a AMB, e das Associações estaduais, como a Amagis.

Alcançamos, na última quarta-feira [1], uma conquista com a exclusão da Magistratura e dos membros do Ministério Público do relatório da Reforma Administrativa do Governo Federal [PEC 32/20]. Foi uma vitória parcial na Comissão Especial, o que nos mantém atuantes para que o resultado se confirme no plenário da Câmara dos Deputados.

Em seu parecer, o deputado Arthur Oliveira Maia [DEM/BA] reconheceu nossos argumentos sobre a inconstitucionalidade da emenda proposta de inclusão pelo fato de abranger outros Poderes. Como sabemos, uma PEC não

pode alterar o que é cláusula pétrea, como é o regime de separação de poderes.

Nos últimos meses, participamos de inúmeras audiências, presenciais e virtuais, com parlamentares, em especial de nosso Estado, sensibilizando-os sobre nossas posições. Além de inoportuna, a reforma representa retrocesso para as carreiras de Estado ao buscar o equilíbrio das contas públicas em cima de direitos de serviço público destinados a toda a sociedade.

Aqui, em Minas, investimos e ampliamos as consultas e lives sobre a migração previdenciária após significativa conquista de benefício especial para magistrados. O mais importante, agora, é que cada magistrado esteja bem orientado na hora de fazer sua opção de migrar ou não para o regime complementar.

Abrimos ainda o mês de setembro com outra conquista para a Classe ao inaugurar estúdio, na sede da Amagis, para a realização de nossos programas de TV. O objetivo é o de intensificar a divulgação da atuação dos magistrados e sua importância social. Diante da relevância do projeto, demos nome ao novo espaço de ‘Ministro Paulo Medina’, homenageando o grande líder, ex-presidente da Amagis e da AMB, que dedicou sua vida à valorização da Classe e à autonomia do Poder Judiciário.●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE



- Consultoria sobre previdência atende a 400 magistrados **PÁG 03**
- Associações mantêm vigília na reforma administrativa **PÁG 04**
- Amagis defende pleito de aposentados na AMB **PÁG 05**
- Amagis refuta calúnias e se solidariza com magistrado **PÁG 06**
- Órgão Especial aprova orçamento e plano de obras do Tribunal **PÁG 07**
- Entrevista: Marco Aurélio Mello, ministro do STF **PÁG 09**
- Cojud debaterá transparência e integridade da informação **PÁG 10**
- Amagis Jurídica será lançada em live **PÁG 11**
- TJMG investe na ressocialização de adolescentes **PÁG 12**
- Acionamento dos recursos digitais extrajudiciais **PÁG 14**
- Projeto une solidariedade e combate ao desperdício **PÁG 15**
- Amagis inaugura estúdio de TV **PÁG 17**
- Acordo garante ressarcimento de depósitos judiciais ao TJ **PÁG 18**
- Representantes dos Três Poderes celebram Dia do Magistrado **PÁG 19**
- Amagis dá continuidade a convênios para vacinas **PÁG 22**
- Variante Delta da Covid gera apreensão em todo o mundo **PÁG 23**



PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juiza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Mello

Diretora de Comunicação:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: [31] 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Consultoria sobre previdência atende a 400 magistrados

Especialista orienta tudo a respeito da migração de regime

GEORGIA BAÇVAROFF

A consultoria jurídica sobre a nova Previdência estadual, oferecida pela Amagis gratuitamente aos associados, atendeu, até o momento, cerca de 400 magistrados interessados na contagem de tempo para a aposentadoria ou em avaliar a migração de regime.

O serviço teve início meses antes da aprovação da nova Previdência estadual e foi renovado no início de julho, antes mesmo da aprovação e sanção da lei que criou o benefício especial de migração. De acordo com o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, essa antecipação na oferta da consultoria teve como objetivo alcançar o maior número possível de associados.

Na avaliação de Alberto Diniz, as 400 consultorias, promovidas até agosto, demonstram que a Diretoria da Associação agiu acertadamente ao proporcionar a orientação aos magistrados mineiros. “A razão de ser da Amagis é a Magistratura mineira. Quando atuamos na Assembleia Legislativa ou no Congresso Nacional, visamos à valorização da classe. Na medi-



Atendimento online facilita acesso ao serviço pelos juizes e juizas do interior

pelo atendimento remoto, está a juíza Ivana Fidelis Silveira, da Comarca de Sacramento (Alto Paranaíba). Na avaliação da magistrada, a iniciativa é de extrema importância, e o advogado demonstrou ter o domínio da matéria. “Sentimos o apoio da Associação nesse momento de muita incerteza, nos dando mais segu-

minhas dúvidas e mostrando as vantagens de migrar ou não, a partir da comparação de um regime e outro. A iniciativa da Amagis é excelente”, afirmou.

Para se cadastrar na lista de espera da consultoria, os interessados devem entrar em contato com Anderson Santos pelo e-mail anderson@

“Achei o atendimento ótimo. Tirando minhas dúvidas e mostrando as vantagens de migrar ou não, a partir da comparação de um regime e outro”

Juiz César Rodrigo Lotti

“Sentimos o apoio da Associação nesse momento de muita incerteza, nos dando mais segurança na nossa decisão”

Juíza Ivana Fidelis Silveira

da em que avançamos nas conquistas, é preciso criar as condições para que os magistrados possam fazer a melhor escolha e efetivar seus direitos”, disse Alberto Diniz sobre a consultoria.

A maioria dos atendimentos está sendo feita pela internet, mas também há a possibilidade de ser realizado presencialmente. No entanto, o uso do recurso de videoconferência tem facilitado o acesso dos magistrados e magistradas que atuam nas comarcas do interior.

Entre os magistrados que optaram

na nossa decisão”, reconheceu.

A juíza Fernanda Baeta Vicente, da Comarca de Belo Horizonte, também ressaltou a capacidade do advogado responsável pela consultoria. “Fiquei muito satisfeita com o serviço da Amagis. O advogado tratou de todos os cenários que podem existir para a aposentadoria”, disse.

Para o juiz César Rodrigo Lotti, da Comarca de Piumhi (Centro-Oeste), a consultoria foi bastante esclarecedora. “Achei o atendimento ótimo. Tirando

amagis.com.br ou pelo telefone [31] 3079-3498, de segunda à sexta, de 9h às 12h e 14h às 17h.

Com parte das ações para esclarecer os magistrados sobre as mudanças na Previdência estadual, a Amagis e Associação Mineira do Ministério Público promoveram, no dia 2 de setembro, uma live sobre a migração de regime. Acesse o QR Code ao lado para ver a live.●

ASSISTA
A LIVE



Associações mantêm vigília na reforma administrativa

Relator da PEC 32/2020 excluiu a classe do texto da proposta

Mesmo com a decisão do relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, que trata da Reforma Administrativa, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), de excluir a Magistratura e os membros Ministério público do texto final do projeto, a Amagis, AMB e Associações de classe manterão as ações para barrar retrocessos na votação em plenário.

De acordo com o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, a afirmação do deputado de que as carreiras foram retiradas pela inconstitucionalidade da proposta, é resultado das gestões feitas pela AMB em parceria com as Associações estaduais. “Obtivemos uma importante conquista. Vamos nos manter vigilantes para impedir retrocessos na reforma administrativa”, afirmou.

A reforma administrativa foi tema das reuniões da Coordenadoria da Justiça Estadual e do Conselho de Representantes da AMB, realizadas nos dias 3 e 4 de agosto, na qual também foram discutidos o Projeto de Lei (PL) do Extrateto, trabalho remoto, audiências

REPRODUÇÃO



Dirigentes reforçaram as ações contra retrocessos na reforma administrativa

os representantes das Associações estaduais são importantes para o alinhamento da estratégia a ser levada em âmbito regional e nacional. Em julho, como consequência das gestões feitas pelas Associações, os deputados tiraram do limite remuneratório, no PL do Extrateto, os auxílios, verba de acúmulo de função, atuação na Justiça eleitoral e inde-

Inconstitucionalidade [ADI 6841] movida pela AMB, com o apoio da Amagis, contra o parágrafo 1º do artigo 3-B do Código de Processo Penal [CPP] e autorizaram as audiências de custódia.

Segundo Alberto Diniz, o avanço desses pleitos, no STF e no Congresso Nacional, é exemplo de como a atuação articulada entre as Associações e a AMB é im-

Outra pauta de interesse da classe que avança em Brasília é a permuta entre magistrados estaduais. O Conselho Nacional de Justiça [CNJ] incluiu, na pauta de julgamentos de agosto, o pedido de providências da entidade relacionado à regulamentação da troca respectiva entre magistrados de diferentes Tribunais de Justiça.

“Obtivemos uma importante conquista. Vamos nos manter vigilantes para impedir retrocessos na reforma administrativa”

Alberto Diniz, presidente da Amagis

de custódia e permuta entre magistrados estaduais. No dia 2 do mesmo mês, foi realizada a reunião Coordenadoria dos Aposentados [saiba mais na página ao lado].

Segundo Alberto Diniz, as reuniões da AMB com

nizações, impedindo retrocessos contra a classe.

Também em julho, as Associações obtiveram outra conquista relevante, quando a maioria dos ministros do STF votou, em caráter liminar, a favor da Ação Direta de

portante para a defesa dos interesses da Magistratura. “É importante estarmos dispostos ao diálogo, a buscar encontrar soluções para os desafios que nos são colocados diariamente no associativismo”, afirmou.

Com relação à reforma administrativa, as Associações pretendem intensificar o diálogo com os deputados e senadores, a fim de tentar impedir retrocessos para a Magistratura com as mudanças propostas. ●

Amagis defende pleito de aposentados na AMB

Auxílio-saúde e o VTM foram discutidos pelos dirigentes

A vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis, juíza Marli Maria Braga, participou, no dia 2 de agosto, da reunião da Coordenadoria dos Aposentados da AMB, na qual foram discutidas o auxílio-saúde, padronização nacional, Valorização do Tempo de Magistratura (VTM) e a estruturação da Coordenadoria dos Aposentados.

De acordo com a vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, a reunião foi bastante representativa, contando com a participação de dirigentes associativos de todo o País. A magistrada também observou que boa parte das reivindicações discutidas na reunião já foram ou estão sendo implementadas pelo TJMG, como resultado do diálogo com a Amagis.

“Muitos Estados es-

REPRODUÇÃO



Reunião contou com a participação de dirigentes de todo o País

tão com dificuldades de implementação de benefícios, como por exemplo do auxílio-saúde, que o TJMG já paga sem nenhuma restrição aos aposentados. Isso mostra como o nosso Tribunal vem tendo

uma atuação de vanguarda nos direitos dos magistrados aposentados”, afirmou Marli Braga.

A vice-presidente de Aposentados e Pensionistas destacou a atuação conjunta realizada pela

Amagis, AMB e Associações estaduais pela aprovação do VTM para todos os magistrados. “É um pleito antigo dos magistrados aposentados que visa reduzir o achatamento dos subsídios”, defendeu. ●

COMUNICADO

Caros(as) colegas,

A Diretoria da Amagis decidiu pela não realização do Encontro de Congraçamento da Magistratura neste ano de 2021 em função da pandemia. Mesmo que o encontro seja realizado tradicionalmente apenas em dezembro, um evento desse porte precisa ser organizado com muita antecedência. Esperamos que a pandemia já tenha arrefecido até lá, porém, como ainda não temos um cenário claro de como a situação sanitária estará no fim do ano, a decisão mais segura para todos é suspender a realização neste ano, como aconteceu em 2020. Esperamos que, em 2022, seja possível a retomada da realização do Encontro de Congraçamento para que possamos, presencialmente, reafirmar nossa união e integração associativa.

Atenciosamente,
Diretoria da Amagis

Amagis refuta calúnias e se solidariza com magistrado

Polícia Federal desmentiu informações publicadas por jornal

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, divulgou, no dia 13 de agosto, nota de solidariedade em favor do desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente do TJMG e da Amagis, e refutou notícias falsas, caluniosas e difamatórias contra a reputação do magistrado.

No documento, Alberto Diniz contestou o fato de a falsa notícia ter sido publicada irresponsavelmente pelo jornal Folha de S. Paulo, sem direito de defesa e sem quaisquer provas ou compromisso com a verdade dos fatos, fazendo insinuações e acusações levianas.

O presidente da Associação destacou que o desembargador Nelson Missias sempre pautou sua vida e atuação pela ética e retidão, como cidadão, magistrado, presidente do TJMG e da Amagis. “Não se envolveu, jamais se envolveria, em esquema de vacinações ilí-

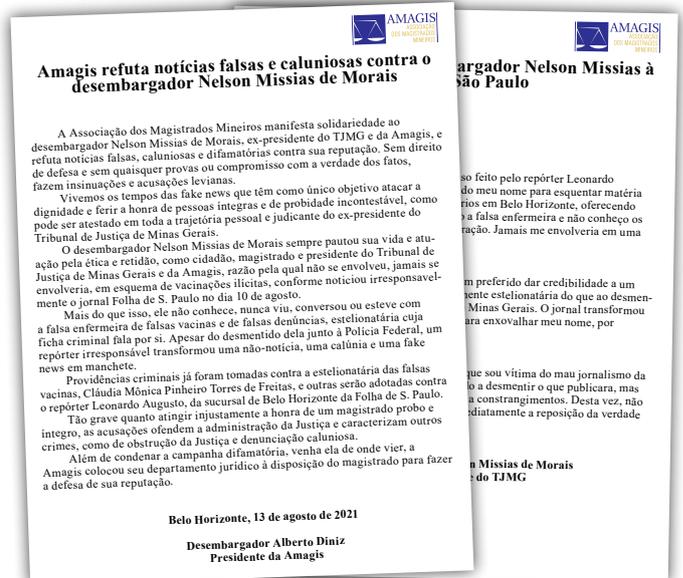
cuja ficha criminal fala por si. Apesar do desmentido dela junto à Polícia Federal, um repórter irresponsável transformou uma não-notícia, uma calúnia e uma fake news em manchete”, completou Alberto Diniz.

Providências criminais já foram tomadas contra a estelionatária das falsas vacinas, Cláudia Mônica Pinheiro Torres de Freitas, e outras medidas jurídicas foram adotadas contra o repórter Leonardo Augusto, da sucursal de Belo Horizonte da Folha de São Paulo.

NOTA DO DESEMBARGADOR

Em nota à direção da redação da Folha de S. Paulo, enviada com cópia para o repórter Leonardo Augusto, o desembargador Nelson Missias qualificou como deplorável, sob todos os aspectos, o uso feito pelo jornalista e pela edição do jornal, do dia 10 de agosto, do seu nome para esquentar matéria

REPRODUÇÃO



Notas de Alberto Diniz e Nelson Missias

apontados como líderes da operação. “Jamais me envolveria em uma aberração como essa”, disse.

“Lamentável que repórter e editor tenham preferido dar credibilidade a um hipotético depoimento de uma comprovadamente

afirmou Nelson Missias.

O desembargador observou que, infelizmente, esta não é a primeira vez que é vítima do mau jornalismo da Folha. Na vez anterior, o jornal se viu obrigado a desmentir o que publicara, mas não a tempo de evitar que o

“Apesar do desmentido dela junto à Polícia Federal, um repórter irresponsável transformou uma não-notícia, uma calúnia e uma fake news em manchete”

Alberto Diniz, presidente da Amagis

“Lamentável que repórter e editor tenham preferido dar credibilidade a um hipotético depoimento de uma comprovadamente estelionatária do que ao desmentido que receberam do TJMG”

Nelson Missias de Moraes, ex-presidente do TJMG e da Amagis

citadas”, afirmou.

“Mais do que isso, ele não conhece, nunca viu, conversou ou esteve com a falsa enfermeira de falsas vacinas e de falsas denúncias. Estelionatária

sobre a estelionatária que enganou empresários em Belo Horizonte, oferecendo vacina contra a Covid 19. O desembargador reafirmou que não conhece a falsa enfermeira e os empresários

te estelionatária do que ao desmentido que receberam do TJMG. O jornal transformou uma não-notícia em manchete, unicamente para enxovalhar meu nome, por caminhos transversos”,

magistrado fosse submetido a constrangimentos. “Desta vez, não aguardarei o desmentido tardio e buscarei imediatamente a reposição da verdade e o ressarcimento moral”, adiantou.●

Órgão Especial aprova orçamento e plano de obras do Tribunal

78% dos recursos serão destinados para a primeira instância

O Órgão Especial do TJMG aprovou, por unanimidade, a proposta orçamentária e o plano de obras do Tribunal para o exercício de 2022, durante sessão realizada no dia 25 de agosto. Na ocasião, o colegiado também aprovou o orçamento do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG) para o mesmo período. A Amagis irá acompanhar a tramitação do orçamento nos Poderes Executivo e Legislativo.

Com a participação do desembargador Maurício Pinto Ferreira, indicado pelo presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, a Associação acompanhou todo o processo de elaboração da

proposta orçamentária nas comissões do Tribunal. “A parceria com o TJMG permitiu à Amagis o acompanhamento e participação na Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças do TJMG e no grupo gestor do Fundo Especial do Poder Judiciário”, afirmou Alberto Diniz.

Do orçamento avaliado em pouco mais de R\$ 8 bilhões, 78% serão direcionados para a 1ª Instância e 22% para a 2ª Instância. De acordo com a Constituição Estadual, o Executivo tem até 30 de setembro para enviar a proposta orçamentária ao Poder Legislativo, para que seja apreciada pelos deputados mineiros, até 18 de dezembro. Segundo o presi-

MIRNA DE MOURA/TJMG



Colegiado também aprovou o plano de obras do TJMG

dente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, a proposta acompanha o índice de responsabilidade fiscal e garante ao Tribunal a realização de investimentos em obras, tecnologia e custeio de

compromissos. “O objetivo é executarmos, dentro do orçamento, todas as obras previstas, além da destinação para o pagamento de pessoal, entre outras obrigações”, afirmou Gilson Lemes. ●

Associações debatem com AMB a democratização do Judiciário

Juíza Rosimere Couto participou de reunião com deputado

A vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Rosimere Couto, representou o presidente da Associação, desembargador Alberto Diniz, na reunião realizada pela AMB, no dia 24 de agosto, com o deputado federal Evandro Roman (Patriota-PR), relator da PEC 187/2012, que dispõe sobre as eleições dos órgãos diretivos dos Tribunais de Justiça.

Na avaliação da vice-presidente de Saúde, a reunião foi bastante produtiva, pois o parlamentar manifestou apoio ao pleito da Magistratura pela de-

mocratização do Judiciário. “Com trabalho e união, vamos avançando no aperfeiçoamento do Judiciário”, afirmou Rosimere Couto.

Segundo o deputado, a reivindicação dos magistrados é extremamente justa. “Compromisso assumido com vocês. A minha missão é entregar a PEC das Eleições Diretas para a votação do plenário da Câmara”, garantiu o deputado.

A presidente da AMB, juíza Renata Gil, afirmou que a PEC das Eleições Diretas é uma das prioridades da classe. “Nós vis-

REPRODUÇÃO



Relator da PEC é favorável a eleições diretas nos Tribunais

lumbramos que isso vai ser a grande virada no Poder Judiciário no atendimento à sociedade”, previu.

A democratização do

Judiciário é uma bandeira histórica da Amagis, que defende a inclusão do voto dos juízes e juízas na escolha dos dirigentes dos Tribunais. ●

ESPECIALISTA EM LEILÕES JUDICIAIS



mgl.com.br

Contrate nossos serviços:

0800 242 2218

37 9 9827 5613

indicacao@mgl.com.br

Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG
Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)



GRUPOCRÉDITO

Nossas especializações:

Administração Judicial/Falência

Inventariante Judicial

Avaliação de Imóveis

Depósito de Bens

Atuante em inúmeras cidades

Marco Aurélio Mello,

ministro do STF



NELSON JR/SCO/STF

Após 31 anos, Marco Aurélio Mello deixou o STF. Para o magistrado, há diferenças entre o Supremo no qual ingressou e o que deixou recentemente, particularmente nos julgamentos em plenário. O ministro aposentado defende a independência e harmonia entre os Poderes e afirma que é hora de temperança para preservar os valores maiores do País.

É possível comparar o STF de 31 anos atrás com o de hoje?

Sim. Qual é a diferença substancial que se percebe hoje? O plenário praticamente não julga em colegiado. Cada um levando o seu voto escrito. O relator, tudo bem, pois tem que levar seu voto estruturado. Já os demais devem estar soltos na bancada, devem ouvir os advogados na tribuna, o Ministério Público e, se for o caso, o próprio relator. Ler os memoriais recebidos, informar no momento e formar a convicção sobre o tema.

E do ponto de vista da celeridade?

Em algumas ocasiões, quando eu era relator, surgiam votos escritos mais longos do que o próprio relatório. Qual é o aspecto negativo disso? Não se concilia celeridade e conteúdo. Jamais encontrei tempo para confeccionar esses longuíssimos votos. A turma julgadora é ágil, sempre esgotamos a pauta. No plenário acabamos não julgando o que poderíamos julgar por não conciliar, como disse, celeridade e conteúdo. Hoje, o Supremo é o STF da composição atual, não daquela que encontrei em 1990.

Como o senhor avalia a criação, sob sua Presidência, da TV Justiça?

Qual é a tônica na administração pública? Publicidade e transparência. Mediante a publicidade, os contribuintes podem acompanhar o dia a dia dos trabalhos e cobrar eficiência. A TV Justiça foi um projeto que realmente deu certo. Alguns dizem que os votos são muito longos porque o ministro quer mostrar conhecimento, mas quem chega ao Supremo não precisa mostrar conhecimento. Teve uma vida pública satisfatória e se credenciou para a cadeira de envergadura maior na República, pois são vitalícios, pelo menos até os 75 anos.

A sociedade compreende bem o trabalho da Suprema Corte?

A crítica com um propósito lícito é sempre bem-vinda. Já a tentativa de desqualificar a instituição é imaginá-

vel. Ocorreu o extravasamento de alguns limites, mas pouco a pouco as coisas vão se ajustando. O STF está na vitrine e fica sujeito ao estilingue. É o preço que se paga. Quando o julgador pode adotar uma visão que atende aos anseios sociais, ele é aplaudido, mas, às vezes, ele tem que ser contramajoritário e reafirmar a concretude do Direito. Não pode, evidentemente, ficar preocupado com a repercussão dos seus atos. Nós não ocupamos a cadeira voltados às relações públicas. Nosso dever maior é com a supremacia das leis do País, com a Constituição Federal, que submete a todos indistintamente.

Como o senhor avalia esse momento de tensão institucional no País?

Os Poderes são harmônicos e independentes. Cada qual tem a sua área de atuação delimitada na Constituição Federal. Espera-se desse convívio a urbanidade, como esperamos nos diversos segmentos da sociedade brasileira. É hora de temperança, compreensão e de preservar valores maiores da nacionalidade. Não cabe a exacerbação e a ofensa moral, muito menos gratuita. Ela deve ser afastada do cenário nacional. Ultimamente, o exemplo não tem vindo de cima, porque o presidente acaba gerando crises. Isso não é bom em termos de entendimento.

O senhor pretende continuar atuando no Direito?

As coisas na minha vida sempre aconteceram com naturalidade. Não vou me fossilizar a essa altura da vida, principalmente com a experiência angariada julgando em colegiado há 42 anos. Estarei aberto, se acionado, a pareceres, mas não pretendo voltar ao período anterior, a 1978, quando atuei na advocacia. É hora de cuidar das minhas coisas. Gosto muito de ler fora do direito, pois a formação humanística é importantíssima para quem decide conflitos de interesse. Me sinto um homem realizado, busquei servir com pureza d'alma e personificando, para minha honra, o estado julgador. ●

Cojud debaterá transparência e integridade da informação

Ouvidores Judiciais participarão de encontro no TJMG

CECÍLIA PERDEZOLI/TJMG - 3/2/2021

No início de dezembro, o TJMG promoverá o 6º Encontro Nacional do Colégio dos Ouvidores (Cojud), que será realizado no modelo híbrido, com o tema as “Ouvidorias Judiciais – Transparência e Integridade”.

Segundo a ouvidora do TJMG e coordenadora do evento, desembargadora Cláudia Regina Guedes Maia, o encontro tem como objetivos esclarecer os participantes sobre as práticas de boa governança, a aplicação e integração dos dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei Geral de Proteção de Dados.

De acordo com a magistrada, o desafio de conciliar o direito de acesso à informação com a necessidade de proteção de dados será debatido no primeiro dia do encontro. “A disponibilização de dados pessoais é possível, preservando os direitos do seu titular e observadas as circunstâncias legais”, comentou a desembargadora Cláudia Maia.

Na avaliação da magistrada, o encontro também



Desembargadores José Arthur Filho, Gilson Lemes e Cláudia Maia

cumprir o papel de incentivar a integração entre as Ouvidorias Judiciais, enfatizando o papel delas e ações voltadas para a transparência e integridade dos Tribunais. “As Ouvidorias são fundamentais para oferecer um retrato das instituições, por meio da oitiva dos cidadãos, bem como para permitir eventuais ajustes e correções de condutas que não se enquadrem nos programas de

integridade por elas desenvolvidos”, avaliou.

Durante o encontro, será realizada uma reunião do Cojud, na qual serão discutidas novas iniciativas, conforme orientações do Conselho Nacional de Justiça. Ex-ouvidores foram convidados para participar desse espaço e falar sobre experiências positivas realizadas nas Ouvidorias. Na ocasião, também deverá ser realizada a eleição para o colegiado.

Uma das novidades do 6º Encontro Nacional do Cojud é a adoção do modelo híbrido para a promoção do evento. Serão realizadas atividades presenciais, observadas todas as medidas de prevenção ao coronavírus, e também a transmissão dos debates por meio de plataformas digitais. Para a desembargadora Cláudia Maia, esse modelo possibilita ampliar a participação no encontro. ●

CURSOS DA EJEF

● **Noções Introdutórias Sobre Justiça Restaurativa (Turma 2)**

Modalidade: EAD

Inscrições: até 10 de novembro

Realização: até 14 de dezembro

● **Preparatório para Participação no Projeto Experimental do Teletrabalho (17ª Turma)**

Modalidade: EAD

Inscrições: até 15 de novembro

Realização: até 7 de dezembro

● **Unindo esforços contra a violência doméstica e familiar (Turma 3)**

Modalidade: EAD

Inscrições: até 11 de novembro

Realização: até 13 de dezembro

● **Política de Autocomposição no TJMG: casos Mediação, Conciliação e Justiça Restaurativa (Turma 7)**

Modalidade: EAD

Inscrições: até 10 de novembro

Realização: até 6 de dezembro

● **Ergonomia: um olhar para a saúde no trabalho (Turma 14)**

Modalidade: EAD

Inscrições: até 17 de novembro

Realização: até 14 de dezembro

ENDEREÇO PARA INSCRIÇÃO: SIGA.TJMG.JUS.BR

Amagis Jurídica será lançada em live

Nova edição da revista está disponível para consulta online

A 15ª edição da revista Amagis Jurídica está disponível para consultas no site revista.amagis.com.br e será lançada neste mês, em live promovida pela Associação em seu canal no youtube.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, ressaltou a qualidade dos artigos publicados e disse que, com a contribuição da classe, a revista tem cumprido seu papel de inserir as formulações dos magistrados mineiros nos debates das teorias jurídicas realizados no cenário estadual e nacional.

Alberto Diniz destacou o trabalho do Conselho Editorial da revista, composto por doutores, mestres e profissionais de reconhecida competência, e agradeceu ao desembargador Laílson Braga, presidente do Conselho, pelo trabalho feito na revista, e ao desembargador Ramom Tácio, diretor do Conselho, pelo apoio.

Pais e filhos deram importantes contribuições para a revista, como nos artigos "Liberdade religiosa e abuso do poder religioso", de autoria do desembargador José do Carmo Veiga de Oliveira e seu filho Leonardo Henrique Boy de Oliveira, e "Alteração da ação penal do

crime de estelionato pela lei nº 13.964/2019 e seus reflexos na prática forense", escrito pelo juiz Marcelo Geraldo Lemos, da Comarca de Uberaba (Triângulo Mineiro), com Marcelo Geraldo Lemos Filho.

Questões sociais também são abordadas na publicação, como no texto "Rua do respeito: experiência de trabalho em rede organizacional a respeito do fenômeno das pessoas em situação de rua", do juiz Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernandes, da Comarca de Belo Horizonte.

O 15º número da Amagis Jurídica traz reflexões atuais como o artigo "O instituto do impeachment no Brasil dentro da conjuntura da ciência política", de autoria dos advogados Felipe Luiz Mendanha Silva, Carolina Batista Gonçalves e Mariane de Oliveira Braga Santos.

A submissão de artigos para a Amagis Jurídica é realizada em fluxo contínuo, os trabalhos enviados devem ser inéditos, e os pareceres são feitos pelo sistema dupla avaliação cega (double blind review). Além dos magistrados, são aceitas contribuições dos demais profissionais das carreiras jurídicas, pesquisa-

REPRODUÇÃO



Palácio da Justiça ilustra o novo número da publicação

dores, consultores, docentes e estudantes de pós-graduação, mestrado e doutorado em Direito. Acesse o site da revista no QR code ao lado.●

LEIA A
AMAGIS
JURÍDICA



 Pesquisa de satisfação
Amagis Saúde

Fonte: Instituto Ibero Brasileiro de Relacionamento com o Cliente [IBRC]

Acesso à informação

93,1%

de aprovação

TJMG investe na ressocialização de jovens em conflito com a lei

Comarca de Pouso Alegre irá inaugurar nova Apac Juvenil em 2022

RIVA MOREIRA/TJMG



Apac Juvenil oferece acolhimento digno e oportunidades a adolescentes infratores

O TJMG deverá inaugurar a segunda unidade da Associação de Proteção aos Condenados (Apac) Juvenil do Estado no primeiro semestre de 2022. A pedra fundamental da nova unidade foi lançada no dia 27 de agosto, na Comarca de Pouso Alegre (Sul de Minas), pelo desembargador Henrique Abi-Ackel, que representou o presidente do Tribunal, desembargador Gilson Soares Lemes, na solenidade.

Segundo o desembargador Henrique Abi-Ackel, em uma sociedade que, lamentavelmente, tem sanha pelo espetáculo punitivo e não educativo, a criação de Apacs Juvenis é de extrema relevância. "Iniciativas como esta, de mais uma Apac Juvenil, são fundamentais para que possamos acabar com o espetáculo da punição, fomentado pela sociedade. Temos, sim, que investir muito em educação, e a Apac que, em breve, vamos inaugurar traz este novo conceito", disse.

Em mensagem aos participantes da cerimônia, o presidente do TJMG, desembargador Gilson Lemes, destacou a efetividade da metodologia apaquiana na ressocialização de apenados, e ressaltou a importância da adaptação da proposta para o atendimento aos adolescentes. "O que a

Apac Juvenil de Pouso Alegre irá oferecer é o acolhimento em um local particularmente propício à recuperação. Ali, esses adolescentes serão responsabilizados pelos atos infracionais que cometeram, mas, ao mesmo tempo, poderão cumprir as medidas socioeducativas de internação com dignidade, respeito e oportunidades efetivas de ressocialização", afirmou.

EXPECTATIVA POSITIVA

De acordo com o vice-presidente Administrativo da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, com resultados expressivos, uma taxa de 85% de recuperação, a metodologia apaquiana demonstra ser uma alternativa viável ao sistema convencional. Luiz Carlos é membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça e coordenador-executivo das Apacs, do Programa Novos Rumos na Execução Penal do TJMG, com resultados expres-

sivos, uma taxa de 85% de recuperação, a metodologia apaquiana demonstra ser uma alternativa viável ao sistema convencional. O magistrado disse que a expectativa com relação à adoção do modelo para reinserção de adolescente é positiva, e chamou a atenção para importância de se avaliar os resultados das primeiras Apacs Juvenis.

O vice-presidente Administrativo da Amagis destacou que a Comarca de Pouso Alegre tem excelência na aplicação da metodologia apaquiana. "O Centro de Reintegração Social é modelo e

os resultados das Apacs Masculina e Feminina servem de inspiração para todo o Estado", afirmou ele ao destacar ainda o compromisso e a capacidade de juizes como Sérgio Franco, José Dimas e Túlio Naves para levar adiante essa missão.

Para o juiz Túlio Naves, da 1ª Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Pouso Alegre, a expertise da equipe local do Programa Novos

Apacs em
Minas

38

Fonte: FBAC

Rumos, Diretoria e Presidência do Tribunal será extremamente importante para a implantação e consolidação do método aplicado aos jovens infratores.

“A expectativa é bastante alta, na medida em que a metodologia aplicada ao ser humano em formação, como os adolescentes, pode mostrar a esse infrator alternativas de vida. Na Apac, ele terá uma completa assistência moral, educacional e, acima tudo, receberá um tratamento digno e compatível com os princípios da plena ressocialização e autodisciplina”, adiantou Túlio Nunes.

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Na avaliação da desembargadora Valéria Rodrigues, superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude [Coinj], do TJMG, a adequação da metodologia apaquiana para o atendimento a adolescentes é um grande desafio, pois ocorre num momento em que o sistema socioeducativo aos poucos assume características de um sistema penitenciário juvenil. “Nós, que atuamos nessa área, não podemos nos conformar e aceitar que o sistema socioeducativo não seja capaz de cumprir sua missão”, afirmou.

Para a magistrada, o Judiciário não é um mero aplicador da lei, que só julga os processos. É também um Poder garantidor dos direitos do cidadão, que precisa promover a reinserção das

pessoas que infringiram a lei na sociedade. É nesse contexto, que, segundo a desembargadora Valéria Rodrigues, surge a proposta de criação das Apacs Juvenis, cuja metodologia propicia oportunidades aos adolescentes.

FRUTAL

Pioneira na instalação de uma Apac Juvenil, atualmente, a Comarca de Frutal (Triângulo Mineiro) atende a 20 adolescentes em sua unidade, em função das restrições da Covid-19, e garante o cumprimento de todas as diretrizes previstas na legislação vigente, conforme afirmou o juiz Gustavo Moreira, diretor

do Foro de Frutal e membro da Coinj e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do TJMG

Para o magistrado, ao lançar a construção de uma nova Apac Juvenil, agora na Comarca de Pouso Alegre, o TJMG reafirma sua vocação de vanguarda ao garantir os direitos dos adolescentes envolvidos com práticas infracionais, nesse quadro de transformação do

sistema socioeducativo em sistema prisional juvenil.

Entre os aspectos importantes da Apac Juvenil, Moreira apontou o fator econômico. De acordo com o juiz, a construção de uma unidade socioeducativa é estimada entre R\$ 25 a R\$ 30 milhões, enquanto a obra de uma Apac Juvenil tem custo entre R\$ 1,2 a R\$ 1,5 milhão. A economia para os

cofres públicos também é significativa quando comparadas as despesas mensais. Os gastos com um adolescente no sistema socioeducativo são de R\$ 18 mil e, na Apac, de R\$ 3 mil por mês.

O juiz ressaltou que os be-

nefícios da extensão da metodologia apaquiana aos adolescentes não está restrito à economia aos cofres públicos. Nas Apacs Juvenis, os internos participam de atividades educacionais, de profissionalização e restabelecimento de valores sociais, culturais, espirituais e familiares.

“O adolescente, como pessoa em formação e desenvolvimento, quando em conflito com a lei, necessita, além da responsabilização pelo ato que praticou, de tratamento que lhe cause reflexão sobre suas ações, evitando, assim, novas condutas de mesma natureza. Fechar os olhos para essa necessidade, repercute ao fomento da criminalidade e aumento do risco social”, avaliou Gustavo Moreira. ●

Reinserção social

85%

Fonte: FBAC

Recuperandos em MG

4.148

Fonte: FBAC

CECÍLIA PERDEZOLI/TJMG



Apac Juvenil de Frutal tem capacidade para abrigar 60 jovens

ACIONAMENTO DOS RECURSOS DIGITAIS EXTRAJUDICIAIS

Uso indispensável das plataformas na solução de conflitos das relações de consumo

LUPÉRCIO PAULO FERNANDES DE OLIVEIRA*

Sem a pretensão de aprofundar no tema, quanto ao aspecto técnico, devido à objetividade do presente espaço, seguem algumas considerações que podem ser objeto de reflexão e, quem sabe, úteis para a resolução mais precisa e célere das ações derivadas das relações de consumo.

Embora ciente da existência de decisões esparsas e de ensaios doutrinários nesse sentido, somente a partir da Orientação nº 01/2020, publicada no Diário do Judiciário eletrônico de 18 de fevereiro de 2021, e revisada em 16 de abril de 2021, pela 3ª Vice-Presidência do TJMG, por intermédio do Nupemec, passei a determinar a intimação da parte autora para emendar a petição inicial, em 30 dias. O objetivo é comprovar a prévia tentativa de resolução da pretensão deduzida nessas ações junto a alguma das plataformas oficiais disponíveis na via extrajudicial, a exemplo do portal eletrônico consumidor.gov.br, gerida pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc Pré-Processual) ou Procon, contendo a data do protocolo do requerimento, sem a devida resposta no prazo legal e/ou com a recusa expressa em atender a demanda [CPC, arts. 6º e 10], sob pena de indeferimento, por ausência de interesse processual [CPC, art. 321, parágrafo único, c/c art. 330, III].

Ora, segundo o Código de Processo Civil [CPC], art. 485, VI, o juiz não resolverá o mérito quando verificar ausência de legitimidade ou de interesse de agir. O interesse processual, também previsto no art. 17 do CPC, se desdobra em outros três aspectos: necessidade, adequação e utilidade.

Logo, desde que regularmente intimado para emendar a petição inicial, se o consumidor não cumprir

a determinação, falta-lhe interesse processual.

Recentemente, inclusive, foi aprovada, por unanimidade, pelos representantes dos Nupemecs de todos os Tribunais do país, nota técnica sobre o PL 533/2019, que acrescenta parágrafo único ao art. 17 e §3º ao art. 491, ambos do CPC, positivando como condição para configurar o interesse de agir em juízo, em caso de direitos patrimoniais disponíveis, a efetiva comprovação de resistência do réu em satisfazer a pretensão do autor, por qualquer meio conciliatório prévio.

Vale destacar que, em um caso concreto, o procurador da parte justificou que não cumpriu o despacho de emenda, ao argumento de que o autor não possui acesso à tecnologia, nem habilidade para buscar a prévia conciliação por meio das plataformas digitais ou presencialmente, não obstante a procuração que lhe fora outorgada contenha todos os poderes das cláusulas *ad judicium et extra*. Isso me fez lembrar certa vez, em determinada comarca onde atuei, quando avisaram no fórum que estavam assaltando um banco nas imediações. Então, o policial que auxiliava na segurança forense saiu correndo e gritando desesperado no saguão do prédio: “Pelo amor de Deus, alguém chama a polícia, chama a polícia!”

Noutro contexto, o próprio advogado promoveu a abertura da reclamação no portal consumidor.gov.br, encerrada em apenas 15 dias, em cuja resposta o fornecedor se dispôs a realizar o cancelamento do contrato de empréstimo, mediante a devolução do valor depositado na conta do autor e subsequente restituição das parcelas consignadas no benefício previdenciário. Não cessou inteiramente o conflito, mas o copo já ficou meio cheio, de modo a guiar com mais segurança

futuras decisões.

Como em toda inovação, a aplicação do recente entendimento tem enfrentado reforma nos tribunais, contudo, o mesmo fenômeno já havia ocorrido quando os juízes passaram a decidir que, para a existência da pretensão resistida e subsequente necessidade de intervenção judicial, era imprescindível o prévio requerimento administrativo nas ações previdenciárias e de cobrança do seguro DPVAT, até que a exigência restou sedimentada pelo STF, com força de repercussão geral, nos julgamentos dos REs 631.240 e 839.314, em 03/09/14 e 10/10/2014, respectivamente, na mesma linha anteriormente adotada pelo STJ no AgRg no REsp nº 936.574-SP, julgado em 02/08/2011 [DPVAT], e REsp 1.310.042-PR, julgado em 15/05/2012 [ações previdenciárias].

Convém esclarecer que a exigência não viola a garantia constitucional de acesso à Justiça, prevista no art. 5º, XXXV, da CF, uma vez que impor o prévio requerimento administrativo não implica necessidade de se esgotar as vias administrativas, conforme reconhecido pelo STF nos autos do RE 631.240.

É bom não confundir, portanto, a exigência do pedido administrativo com o exaurimento da via administrativa, conquanto por vezes se invoque a garantia acima citada para se admitir indevidamente o trânsito judicial sem a prévia postulação extrajudicial, favorecendo o demandismo predatório e as lides artificiais, em detrimento da conclusão de que o Judiciário deve ser a última trincheira no Estado Democrático de Direito.

Em resumo, sem embargo de opiniões em sentido contrário, é manifesta a ausência de condição para a instauração e/ou prosseguimento da ação, na espécie, diante da inexistência de lide concreta, eis que o interesse processual somente passa a existir no mundo jurídico se o fornecedor resistir à pretensão na via extrajudicial. ●

[*] Juiz da Comarca de Governador Valadares.

Projeto une solidariedade e combate ao desperdício

Thales Taipina criou iniciativa com base na Lei das Sobras Limpas

Em média, 30% dos alimentos produzidos no Brasil são desperdiçados, segundo a ONU. Diante desse quadro, e com a edição da lei 14.016/2020, que dispõe sobre a doação de comestíveis, o juiz Thales Flores Taipina, da Comarca de Nanuque (Vale do Mucuri), implementou o Projeto Sobras Limpas, que, nos primeiros 15 dias de execução, arrecadou 2,5 toneladas de alimentos que seriam descartados.

O projeto é realizado em parceria com o programa Mesa Brasil do Serviço Social do Comércio (Sesc) e a Prefeitura de Nanuque. Segundo o magistrado, o Mesa Brasil contribui, entre outras maneiras, com o treinamento e orientação dos funcionários

ARQUIVO PESSOAL



Iniciativa do magistrado teve repercussão positiva na Comarca de Nanuque

De acordo com o magistrado, dados da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes apontam que somente as empresas desse segmento descartam cerca de 5 Kg

situação de vulnerabilidade social ou por meio de convênios com o poder público. As parcerias podem garantir o abastecimento dos lares de acolhimento de crianças,

a distribuição dos alimentos para as pessoas carentes.

“A ideia é alcançar as famílias em situação de vulnerabilidade social, credenciadas pela assistência social do

“A ideia é alcançar as famílias em situação de vulnerabilidade social, credenciadas pela assistência social do município para receberem os alimentos. Além de incentivar os donos de restaurantes a fazerem doação direta, sem necessidade de convênio ou parceria com o município”

Juiz Thales Taipina, da Comarca de Nanuque

dos supermercados parceiros para a seleção doados, e o Executivo municipal pôs à disposição o apoio de assistentes sociais.

Thales Taipina ressaltou que a Lei 14.016/2020, conhecida como Lei das Sobras Limpas, assegura a possibilidade de doação das sobras alimentares a quem precisa, e protege os doadores de eventuais ações de danos por parte de quem recebe a comida. O juiz frisou que os doadores não podem cobrar pelos mantimentos, e nem o poder público não pode recolher imposto sobre os produtos doados.

de alimentos por estabelecimento todos os dias. Essa estimativa não inclui, por exemplo, supermercados, padarias, hotéis e mercearias.

Entre os gêneros alimentícios que podem ser doados, estão produtos in natura, industrializados e até refeições prontas. “Os alimentos serão destinados para pessoas em vulnerabilidade social e que tenham um risco nutricional em decorrência da falta de algum nutriente”, observou o magistrado.

Ele adiantou que as doações podem ser feitas diretamente pelos estabelecimentos às pessoas em

adolescentes, idosos e instituições de recuperação de dependentes químicos, entre outras. O convênio com instituições religiosas e de caridade, como a Sociedade de São Vicente de Paulo, amplia

município para receberem os alimentos. Além de incentivar os donos de restaurantes a fazerem doação direta, sem necessidade de convênio ou parceria com o município”, acrescentou Thales Taipina.●

DIVULGAÇÃO



Alimentos passam por seleção antes de serem doados

PENSAMENTO JURÍDICO

REPRODUÇÃO DA INTERNET



Gestão do TJMG

A tecnologia tem sido a principal aliada do Judiciário mineiro em favor do aperfeiçoamento da justiça. Qual tamanho do desafio que marcou o primeiro ano da atual gestão do TJMG? Quais são os novos projetos e metas? Para falar sobre o assunto, o Pensamento Jurídico conversou com o presidente do Tribunal, desembargador Gilson Soares Lemes. [Foto]

Apac Juvenil

Começou a funcionar a primeira Apac juvenil do mundo, instalada na comarca de Frutal [Triângulo Mineiro]. A desembargadora Valéria Rodrigues Queiroz, superintendente da Coordenadoria da infância e da juventude [Coinj] do TJMG, e o juiz Gustavo Moreira, diretor do Foro e titular da 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Frutal, falam sobre o assunto.

Tribunal do Júri

O Tribunal do Júri é a única instância do Poder Judiciário em que o veredito é dado por um grupo de moradores da comunidade onde o crime foi cometido. Qual a efetividade, vantagens e desvantagens do procedimento? Como o Tribunal do Júri se adaptou à pandemia? O juiz Vinícius da Silva Pereira, da Comarca de Governador Valadares, fala sobre o tema.

Oratória Jurídica

A oratória também é uma ciência e está diretamente ligada ao direito e à comunicação. Todos os profissionais precisam saber se comunicar e argumentar. A advogada, conselheira federal da OAB e professora Luciana Nepomuceno revela os segredos da oratória para a carreira jurídica e ensina técnicas para equilibrar conteúdo com a forma de se expressar.

VEJA OS PROGRAMAS



Assista ao Pensamento Jurídico no Canal da Amagis no YouTube e nas redes sociais e site da Associação

VIA JUSTIÇA

REPRODUÇÃO DA INTERNET



Crime de stalking

O juiz Marco Antonio de Oliveira Roberto, da Comarca de Caratinga, e o advogado Guilherme Malaquias discutem a lei que tipifica o crime de perseguição, prática também conhecida como stalking [Lei 14.132, de 2021]. A norma altera o Código Penal [Decreto-Lei 3.914, de 1941] e prevê pena de reclusão de seis meses a dois anos e multa para esse tipo de conduta. [Foto]

Direitos LGBTI+

O programa apresenta o manual lançado pelo CNJ com orientações aos magistrados brasileiros sobre a população LGBTI+ em prisões. A juíza Viviane Queiroz da Silveira Cândido, da Comarca de Igarapé, e o defensor público Paulo César Azevedo de Almeida, falam sobre a realidade da população LGBTI+ nos presídios e como deverá ocorrer a mudança proposta pelo CNJ.

Testamentos

O juiz Altair Resende de Alvarenga, da Comarca de Formiga, e o advogado e presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família de MG, José Roberto Moreira Filho, debatem o aumento de testamentos no Brasil durante a pandemia de covid-19. Segundo o Colégio Notarial Brasileiro, Minas Gerais registrou 51% de aumento na procura por testamentos no 1º semestre de 2021.

Superendividamento

A Lei do Superendividamento foi sancionada em julho. Quais são as novas regras para a proteção de pessoas que têm muitas dívidas e não conseguem pagá-las? O juiz Alanir Rabeca, da Comarca de Barbacena, e o deputado Bartô, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte da ALMG, discutem o que muda na vida do consumidor com a nova lei.

VEJA OS PROGRAMAS



TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h
[Canais 11, 61.2 ou 35]

www.youtube.com/amagismg/videos

Amagis inaugura estúdio de TV

Espaço recebeu o nome do ministro Paulo Medina

FOTOS: AMAGIS



Estúdio foi instalado em local reservado no salão de festas da Amagis

A Diretoria da Amagis inaugurou, no dia 1º de setembro, o estúdio de TV da Associação, que recebeu o nome de Espaço Ministro Paulo Medina, ex-ministro do STJ, ex-presidente da Amagis e da AMB, falecido em abril de 2021, aos 79 anos.

O presidente da Associação, desembargador Alberto Diniz, disse que a homenagem a Paulo Medina demonstra o reconhecimento da Magistratura mineira a uma de suas maiores lideranças que dedicou sua vida à autonomia do Poder Judiciário e valori-

zação da Classe.

De acordo com o presidente Alberto Diniz, o investimento no estúdio de TV irá gerar economia para a Amagis, pois os custos com a produção serão reduzidos, já que não será mais necessário contratar empresa terceirizada para a gravação dos programas.

Alberto Diniz também apontou como aspecto positivo proporcionar à Associação mais autonomia e dinâmica na elaboração do material audiovisual. “Hoje, os recursos de vídeos, espe-

cialmente nas redes sociais, são indispensáveis para uma comunicação cada vez mais dinâmica”, afirmou.

Na avaliação da juíza Cristiana Gualberto, diretora de Comunicação da Amagis, a criação do estúdio, no qual será gravado o Programa Pensamento Jurídico, qualificará ainda mais a divulgação das iniciativas dos magistrados mineiros em suas comarcas, e agilizará a divulgação de informações relacionadas à atuação da Amagis. “A comunicação cumpre o importante papel de esclarecer à

sociedade sobre o trabalho dos magistrados na promoção da Justiça e pacificação social”, disse. A magistrada também ressaltou a economia que a criação do espaço irá gerar para a Associação.

O Espaço Paulo Medina foi equipado com ilha de edição, filmadoras com resolução 4k [ideais para conteúdo digital], e estúdio de TV para a gravação de conteúdo institucional e entrevistas com magistrados e magistradas. O estúdio está instalado em local reservado no Salão de Festas da Amagis. ●

FOTOS: BRUNO GONTIJO



Estúdio de TV garante mais autonomia para a produção audiovisual da Amagis

Acordo garante ressarcimento de depósitos judiciais ao TJ

Termo assegura a devolução de aproximadamente R\$ 7 bilhões

O presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, e o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, celebraram, no dia 11 de agosto, acordo para devolução de aproximadamente R\$ 7 bilhões em depósitos judiciais, que serão pagos, a partir de janeiro de 2022, em 72 parcelas.

Na assinatura do acordo, o presidente do Tribunal observou que, em 2020, ao declarar inconstitucional a lei que determinava o repasse dos depósitos judiciais aos cofres do Estado, o STF não definiu como seria feita a devolução dos valores. Para evitar a judicialização em torno do ressarcimento, o TJMG passou a negociar uma solução com o Governo de Minas.

Segundo o presidente Gilson Lemes, as conversas foram realizadas com maturidade possibilitando que, juntos, o Estado e o Tribunal pudessem encontrar uma forma de equacionar o problema. “Os Poderes Judiciário e Executivo dão importante exemplo a toda sociedade, revelando que a conciliação e o diálogo ainda são a melhor forma de solucionarmos eventuais impasses”, disse.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, manifestou o reconhecimento da Associação ao TJMG por solucionar a questão e saudou a

RIVA MOREIRA/TJMG



Gilson Lemes e Romeu Zema assinam o acordo no TJMG

Acordo celebrado hoje”, afirmou.

Entre as conciliações históricas promovidas pelo Tribunal, Alberto Diniz citou o acordo com os municípios mineiros e o Estado, e outro com a mineradora Vale pela reparação dos danos causados na tragédia de Brumadinho.

Ao assinar o acordo, o governador Romeu Zema disse que, com a devolu-

ção dos valores referentes aos depósitos judiciais ao TJMG, o Estado segue fiel ao seu compromisso de equilibrar e normalizar suas contas.

Zema também comentou a importância de acordos firmados com a mediação do Tribunal, como o repasse do ICMS aos municípios e o que foi feito para reparar os danos da tragédia de Brumadinho. “Hoje, temos a satisfação de firmar mais um acordo que demonstra o avanço de Minas Gerais no controle de seu orçamento”, comentou.

O repasse imediato dos depósitos judiciais para um conta do Executivo foi feito em 2015, após a Assembleia

“Os poderes Judiciário e Executivo dão importante exemplo a toda sociedade, revelando que a conciliação e o diálogo ainda são a melhor forma de solucionarmos eventuais impasses”

Gilson Lemes, presidente do TJMG

“Hoje, temos a satisfação de firmar mais um acordo que demonstra o avanço de Minas Gerais no controle de seu orçamento”

Romeu Zema, governador do Estado

Direção do Tribunal pela celebração do acordo com o Governo de Minas. “Por meio da conciliação e do consenso, prioridades que pautam suas ações e projetos, o Tribunal de Justiça tem conquistado importantes avanços judiciais e institucionais como este Termo de

ção dos valores referentes aos depósitos judiciais ao TJMG, o Estado segue fiel ao seu compromisso de equilibrar e normalizar suas contas.

Zema também comentou a importância de acordos firmados com a mediação do Tribunal, como o repasse do

Legislativa de Minas Gerais aprovar projeto de lei enviado pelo ex-governador Fernando Pimentel, a fim de custear a previdência social estadual, pagamento de precatórios e amortização da dívida com a União.●

Com informações do TJMG

Representantes dos Três Poderes celebram Dia do Magistrado

Alberto Diniz participou de solenidade promovida pela AMB

MATHEUS SALOMÃO/AMAERJ



Ato ecumênico foi realizado no Cristo Redentor

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou, no dia 11 de agosto, com o presidente do STF, ministro Luiz Fux, o ministro Dias Toffoli, também do Supremo, Marco Aurélio Bellizze, do STJ, a presidente da AMB, juíza Renata Gil, e o presidente da Amaerj, juiz Felipe Gonçalves, do ato ecumênico realizado no Cristo Redentor, no Rio de

Janeiro, em comemoração ao Dia do Magistrado.

O presidente da Associação saudou a AMB pela organização da solenidade e disse que o ato reforça a importância da Magistratura para o País. “Celebrar o Dia dos Magistrados é manifestar o reconhecimento do trabalho fundamental dos colegas na defesa do Estado Democrático de Direito”,

comentou. O presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, foi representado pela desembargadora Valéria Rodrigues, superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude [Coinj].

O ministro Luiz Fux disse que a sociedade espera muito dos magistrados: seja independência, conhecimento e Justiça caridosa. “Neste dia, devemos nos vangloriar

desse apostolado que escolhemos para exercer. Sintetizaria o dia de hoje em Justiça independente e democracia inegociável”, enfatizou.

A presidente da AMB ressaltou o compromisso da Magistratura com a Constituição. “É com esse norte que a Magistratura brasileira tem dignificado a democracia e o Estado Democrático de Direito”, disse. ●

Com informações da Amaerj



Sinal vermelho contra a violência doméstica

Juíza Danielle
Louise Rutkowski
Dias - Comarca de
Tupaciguara



CURADORIA

REPRODUÇÃO

JUIZ VINÍCIUS DA
SILVA PEREIRA

TEMPO DE MATAR

O filme é muito interessante. Tem relação com o Tribunal do Júri e me inspirou muito no período da faculdade para seguir na carreira de Direito. Matthew McConaughey interpreta um advogado que aceita um caso de racismo recusado por vários defensores, no qual um pai, vivido por Samuel L. Jackson, vai a julgamento após fazer justiça com as próprias mãos. Vale a pena assistir! O elenco também conta com estrelas como Sandra Bullock e Kevin Spacey. Tempo de Matar tem roteiro de Akiva Goldsman e duração de 2h29.



DIVULGAÇÃO

JUÍZA BÁRBARA
LÍVIOPARA EDUCAR CRIANÇAS
FEMINISTAS: UM MANIFESTO

O que mais me encanta nesse livro, da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, é a capacidade da autora de expor situações e fatos de maneira não agressiva. Com uma linguagem simples e didática, ela demonstra como pequenas atitudes no nosso dia a dia podem contribuir para uma sociedade mais igualitária. É uma leitura que “vicia” um pouco. É difícil parar de ler. Chimamanda Adichie tem um TED (palestra curta) intitulada Todos Devemos Ser Feministas, que é recorde de visualizações.



DIVULGAÇÃO

BAÚ DE ACORDES

BH: caso de amor com a música



DIVULGAÇÃO

Tiago Parrella - *Quem já ouviu 'Ruas da Cidade', uma das preciosidades do mineiríssimo Clube da Esquina, identificou nela diversas tribos indígenas da formação original do Brasil ali presentes. Ao mesmo tempo, a canção representa os cruzamentos e interseções das ruas do Centro da capital mineira em homenagem às primeiras gentes desta região do Sudeste e do país.*

É com essa motivação de cantar, de compor e registrar em suas canções aspectos do povo mineiro reunidos na capital, que nasceu o projeto 'Belo Caso de Amor: um passeio musical por Beagá', do músico e compositor Renato Muringa.

O título é inspirado na música da

dupla Geraldo Alvarenga e Paulinho Pedra Azul, e traz um registro etno-musical do músico Renato Muringa em projeto da Belotur (empresa de turismo da capital), de incentivo ao setor na cidade. A ideia é incluir vários artistas que louvaram a capital mineira em suas músicas em uma relação de afeto, de pertencimento às suas ruas e avenidas, praças, monumentos, paisagens naturais e urbanas, além de aspectos da cultura mineira que integram os nativos e migrantes da maior cidade do Estado.

De acordo com Renato Muringa, além de tocar projetos de música brasileira, choro e do movimento do carnaval belo-horizontino, foi feito

um trabalho de pesquisa com compositores mineiros que buscaram registrar a cidade reunindo no repertório serestas, samba, choro, marchinhas, ritmos de carnaval. Ou seja, tudo que faz parte do universo musical mineiro. "O grande músico Gonzaguinha, quando morava na capital, compôs 'Lindo Lago do Amor' em referência à Lagoa da Pampulha", contou Muringa ao jornal DECISÃO.

"A rua Ramalhete, situada na região centro-sul da capital, foi outra referência na música composta aqui, e que lembrava pontos de encontro da juventude mineira", contou Muringa, referindo-se ao sucesso do belo-horizontino Tavito.●

Colônia e Parque Esportivo passam por manutenção

Reformas preservam e valorizam o patrimônio dos associados

A colônia de férias na Comarca de Caxambu (Sul de Minas) e o Parque Esportivo da Associação, em Belo Horizonte, estão passando por obras de manutenção. As intervenções fazem parte da política da Amagis de preservação e valorização do patrimônio dos Associados.

Na colônia de Caxambu, está sendo trocada a fiação e os disjuntores para adequar a rede ao consumo de energia de novos aparelhos eletrônicos. A unidade conta com dez apartamentos, incluindo um para pessoas portadoras de necessidades especiais, totalmente mobiliados e equipados com TV, frigobar e micro-ondas.

Os associados ainda podem usufruir da sauna, piscina adulta e infantil, quadra de vôlei e peteca, campo de futebol e descansar no caramanchão. O salão de jogos dispõe de uma lareira, que deixa o ambiente ainda mais aconchegante.

Já no Parque Esportivo, será instalado um piso antiderrapante próximo à piscina para dar mais segurança aos frequentadores do espaço. Durante a

AMAGIS



Colônia recebe os visitantes com conforto e segurança

semana [terça a sexta-feira], a unidade está funcionando das 8h às 19h. Nos sábados, domingos e feriados, com público limitado a 36 pessoas, incluindo um convidado por associado.

As reservas para o Parque Esportivo

deverem ser feitas pelo telefone [31] 3079-3450 ou 3079-3488. A hospedagem nas colônias de férias deve ser agendada pelo e-mail cacia@amagis.com.br ou pelo número [31] 3079-3459. ●

Coral faz apresentação em congresso internacional

Ensaios do grupo são realizados regularmente pela internet

Em transmissão realizada pela internet, o Coral da Amagis, regido pela maestrina Ingrid Hollerbach, apresentou-se virtualmente, no dia 27 de agosto, durante o 7º Congresso Internacional - Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis "Ruptura e sustentabilidade: desafios das Organizações", promovido pela seccional Cúcuta da Universidade Livre da Colômbia.

O grupo apresentou as canções "Aquarela do Brasil", composta por Ary Barroso, e "Vira Virou", sucesso na voz

dos irmãos gaúchos Kleiton e Kledir. Mesmo com a necessidade do isolamento social, em função da pandemia da Covid-19, o Coral da Amagis tem realizado suas atividades regularmente.

Em maio, o conjunto participou da edição virtual do VII Encontro de Corais da Paróquia São Mateus, da cidade de Juiz de Fora [Zona da Mata], quando apresentou a música "Ede-lweiss", espécie de flor também chamada de pé-de-leão. Na gravação, o Coral da Amagis fez um paralelo com

as flores sempre-vivas, da Serra do Espinhaço (Minas Gerais e Bahia), a fim de valorizar o trabalho dos apicultores da planta.

O Coral da Amagis tem realizado ensaios online, às 19h das terças-feiras para as mulheres e às quartas-feiras para os homens, no mesmo horário. Os interessados em participar do conjunto devem enviar um e-mail para hingridholl@hotmail.com, manifestando seu interesse no campo de assunto da mensagem. ●

Amagis dá continuidade a convênios para vacinas

Clínicas parceiras da Associação dão descontos aos magistrados

A Diretoria da Amagis continua trabalhando para conveniar clínicas de vacinação em todo o Estado. Em agosto, foi celebrado acordo com o Laboratório São Paulo, em Belo Horizonte.

O laboratório está oferecendo aos magistrados associados 10% de desconto em diversos imunizantes e a vacina da gripe por R\$ 50,00. Na capital mineira, a Amagis conveniou as clínicas Vaccine e Imunológica, que também atende em Contagem [Grande BH].

A Associação atua para ampliar a rede de atendi-

mento no interior do Estado e, em junho, credenciou a Bem Viver Vacinas, a Clínica de Imunoprevenção Santa Clara e o Instituto de Patologia Clínica, em Uberlândia [Triângulo Mineiro], e a Vacina São Bento, que tem unidades em Pouso Alegre, Itajubá e Varginha [as três no Sul de Minas].

O credenciamento de clínicas de vacinação, no interior, teve início com a parceria firmada com a Imunomédica, em Juiz de Fora [Zona da Mata], e, logo em seguida, com a Clínica Imunizar, na cidade de Manhuaçu [Leste do Estado].

O Laboratório São Pau-

GOVERNO DE SP



Iniciativa da Amagis garante prevenção e economia

lo, o mais recente conveniado da Amagis, fica na rua dos Otoni, 826, no bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte, e atende pelo telefone [31] 2126-0100.

Escaneie o QR Code ao lado e veja o endereço e telefones das clínicas credenciadas.●



DICAS AMAGIS SAÚDE

Taxa de coparticipação

A taxa de coparticipação corresponde a um percentual das despesas pagas pela Amagis Saúde, e é cobrada do usuário do plano, quando ele realiza eventos e procedimentos em saúde. Esse valor é cobrado para além da contribuição mensal, mas não pode ser superior à mensalidade do plano. Veja abaixo alguns exemplos.

Há incidência da coparticipação

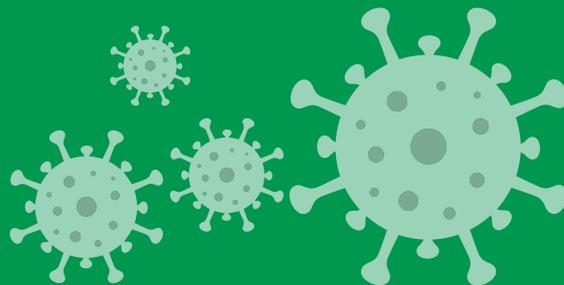
- Exames, consultas, terapias e alguns procedimentos ambulatoriais: 25%
- Hospital Dia Psiquiátrico: 25%
- Assistência domiciliar: 50% do valor do serviço prestado ao associado entre o 16º e o 45º dia de atendimento.
- Internações decorrentes de transtornos psiquiátricos: 50% do valor total dos serviços utilizados quando ultrapassados 30 dias de internação, contínuos ou não por ano. Os dias não são cumulativos.

Não há incidência da coparticipação

- Procedimentos ambulatoriais de hemodiálise, diálise peritoneal, quimioterapia, radioterapia, hemodinâmica, hemoterapia e litotripsia.
- Procedimentos cirúrgicos, inclusive os ambulatoriais.
- Internações
- Remoção inter-hospitalar
- Órteses e próteses ligadas a procedimentos cirúrgicos

BOLETIM COVID

Amagis Saúde



Variante Delta da Covid gera apreensão em todo o mundo

Os casos de Covid-19 dispararam em vários países com o avanço da variante Delta. Nos Estados Unidos, por exemplo, quase 99% dos casos sequenciados da doença são dessa mutação do coronavírus.

No Brasil, 16 estados além do Distrito Federal, incluindo Minas Gerais, registraram casos positivos da variante. As vacinas contra a Covid-19 têm mostrado eficácia, evitando que o número de mortes acompanhe essa disparada.

Mesmo com a imunização, os especialistas alertam que as medidas de prevenção ao Covid-19, uso de máscaras, higienização com álcool gel e isolamento social, devem ser mantidas por quem já foi vacinado.

PIXABAY



Quais as diferenças entre os testes de Covid?

TESTE RT-PCR

É considerado o padrão-ouro no diagnóstico da Covid-19, cuja confirmação é obtida pela detecção do RNA do coronavírus na amostra analisada, obtida preferencialmente a partir de secreções respiratórias coletadas por meio de swabs de orofaringe (garganta) ou nasofaringe (nariz). Tem cobertura da Amagis Saúde quando há caso suspeito ou provável de Covid-19.

SOROLOGIA DO COVID-19

É o exame capaz de detectar os níveis de anticorpos IgM e IgA (fase aguda, após 7 dias dos sintomas) e IgG (fase tardia) no sangue. O resultado do teste mostra se a pessoa já teve contato com o vírus SARS-CoV-2 e se o sistema imunológico produziu os anticorpos contra a doença. Esse teste é recomendado para definir conduta terapêutica e não tem cobertura da Amagis Saúde.

TESTE RÁPIDO

Assim como a sorologia, o teste rápido não detecta especificamente o novo coronavírus (Sars-CoV-2), mas sim os anticorpos (IgM e IgG) produzidos pelo organismo, depois de a infecção ter ocorrido. Esse método pode auxiliar no mapeamento da população que já teve o vírus ou foi exposta a ele, mas não tem função de diagnóstico. Não tem cobertura da Amagis Saúde.

Saúde mental tem apoio no 'Amor à Vida'

Programa da Amagis Saúde oferece atendimento com psiquiatra

Neste mês, é promovido o Setembro Amarelo, campanha de repercussão mundial, que alerta para os riscos na área da saúde mental. Atento aos desgastes da profissão, o programa Amor à Vida, da Amagis Saúde, oferece aos magistrados e seus familiares atendimento gratuito e especializado com o médico psiquiatra Octávio Saliba.

Entre as preocupações do especialista com a saúde mental dos magistrados, está a Síndrome de Burnout, uma forma de esgotamento profissional. Em linhas gerais, Saliba alertou para o fato de que a síndrome pode ser consequência do excesso de estresse provocado por longas horas de trabalho, fadiga, pressão na realização de tarefas, perda de sentido no trabalho e problemas entre a vida profissional e pessoal entre outros.

A Síndrome de Burnout tem entre seus sintomas dores musculares, de cabeça, cansaço, infecções recorrentes, labirintite, insônia, perda de apetite, choro excessivo, alterações de humor, angústia, rigidez, negativismo, irritabilidade, tensão e frustração. Ainda de acordo com o psiquiatra, a síndrome também pode desencadear diabetes e alterações na tireoide.

Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a saúde mental também têm preocupado o médico, que, em maio, abordou o tema em live promovida pela Amagis Saúde. Na palestra virtual, Saliba disse que o ser humano tem dificuldades em lidar com a ambiguidade e a incerteza.

Octávio Saliba observou que, em uma situação prolongada como a da pandemia do coronavírus, o medo pode se tornar crônico, tendo o potencial de causar distúrbios emocionais capazes de causar o adoecimento físico e mental das pessoas.

TIAGO PARRELA



Octávio Saliba atende na sede da Amagis

“Com a pandemia, estamos vivendo momentos de incerteza, ambiguidade, dúvida e ameaça. Uma situação nova para todos. O ser humano reage às ameaças com alterações cerebrais, como demonstram sofisticados exames de imagem do cérebro, com os quais é possível perceber que certas partes do cérebro estão bastante estimuladas. Especialmente a amígdala, que está relacionada com o desgosto, medo e a ansiedade. Isso comprova que o meio ambiente desfavorável repercute imediatamente na nossa adaptação”, disse Saliba.

Durante a palestra, Saliba deu sugestões de como organizar as atividades em casa delimitando os espaços coletivos e laboral, recomendou que a rotina de trabalho, estudos, lazer e exercícios físicos sejam planejados de acordo com a nova realidade, e sugeriu

que o contato com os amigos e familiares seja feito de forma regular, mesmo que por meio remoto.

A fim de orientar os associados sobre a qualidade de vida na pandemia, a Amagis Saúde publicou uma cartilha [QR Code abaixo] com as orientações do médico psiquiatra. O jornal DECISÃO também tem publicado dicas com os cuidados necessários.

Para agendar uma consulta com o psiquiatra e com os médicos do Amor à Vida [endocrinologista, cardiologista, geriatra, nutricionista e clínico geral] ou marcar tratamento odontológico e aulas de fisioterapia, entre em contato com Margarete de Freitas pelo telefone (31) 3079-3472, pelo WhatsApp (31) 99778-3177 ou pelo e-mail margarete@amagis.com.br.●

